

Do Malandro ao Antropófago: por uma epistemologia da ausência ¹

Malandro ou pícaro?

Em ensaio fundamental, Antonio Candido esboçou uma análise renovada de *Memórias de um sargento de milícias* e, ao mesmo tempo, preparou o caminho para uma compreensão antropológica de determinada característica da cultura brasileira.² A hipótese principal do breve trabalho que apresento pretende ampliar essa característica para um conjunto mais amplo do que o limite nacional de uma dialética da malandragem. Como o ensaio de Antonio Candido é bastante conhecido, limito minha abordagem à distinção estabelecida pelo autor entre o pícaro e o malandro. Afinal, o texto de Candido tem suscitado discussões e desdobramentos cuja análise exigiria um espaço muito maior do que no momento disponho. Além disso, não pretendo realizar nenhuma exegese do ensaio: Roberto Schwarz já desempenhou essa tarefa, e muito bem.³ Por isso, concentro minha perspectiva na seguinte intuição de Antonio Candido:

Em geral, o próprio pícaro narra as suas aventuras, o que *fecha a visão da realidade em torno do seu ângulo restrito* ... Ora, o livro de Manuel Antônio é contado na terceira pessoa por um narrador

(ângulo primário) que não se identifica e varia com desenvoltura o ângulo secundário. (21)

Portanto, e essa é a distinção que mais importa ao meu argumento, o princípio característico do romance picaresco reside no emprego da primeira pessoa como uma forma de aproximar o leitor à narrativa e, sobretudo, ao narrador. Desse modo, o leitor vê-se transformado numa espécie de ouvinte privilegiado dos inúmeros "segredos" que pontuam as aventuras do pícaro. A abertura do "Tratado Primero" do *Lazarillo de Tormes* é já sintomática deste efeito de aproximação: "Pues sepa Vuestra Merced ante todas cosas que a mí llaman Lázaro de Tormes, hijo de Tomé González y de Antonia Pérez, naturales de Tejares, aldea de Salamanca" (99-100). Depois de uma intimidade tão rapidamente construída, o pícaro poderá recordar suas façanhas esperando ao menos uma recepção simpática por parte do leitor/ouvinte.

Ao contrário, como *Candido* anotou com agudeza, o discurso de Manuel Antônio de Almeida opta pela narrativa em terceira pessoa, cujo distanciamento está anunciado pela frase que inicia o romance: "Era no tempo do rei." No entanto, em lugar do olhar panóptico de um observador onisciente (e, claro, jamais objeto de observação), nas *Memórias de um sargento de milícias* o uso da terceira pessoa recorda a margem outra do conto de Guimarães Rosa: uma terceira margem, um estar-entre que oscila da ordem à desordem e que, precisamente nesse oscilar, adquire o sentido antropológico do olhar treinado em descentrar-se. Por essa fluência, segundo *Candido*, o "livro de Manuel Antônio é talvez o único em nossa literatura do século XIX que não exprime uma visão de classe dominante" (51). Leonardo, o protagonista do romance, flui de um extremo a outro da sociedade joanina; ora às margens da

ordem, ora no trânsito da desordem, constituindo, como Eliane Zagury anotou com propriedade, “um indivíduo de personalidade muito pouco marcada” (6). Como todo bom malandro, Leonardo é dono de uma simpatia à flor da pele, e, em suas aventuras cotidianas, menos do que interioridade psicológica, desenvolve uma arte especial de lidar com a alteridade representada pelos extremos da ordem e da desordem. Desse modo, em lugar de ensimesmar-se em um padrão definido porque autocentrado, segundo o figurino típico do personagem do romance psicológico, Leonardo reveste a própria ausência daquele centro com uma subversiva despreocupação. Como o caminhar gingado, quase ziguezagueado, andar que deve insinuar a plasticidade social do malandro, Leonardo transforma a ausência de traços definidores de uma personalidade nítida em uma espécie de definição pelo avesso, adquirindo uma mobilidade de outra forma inimaginável. Para todo conhecedor da literatura brasileira, esse traço parece antecipar um outro personagem célebre: o herói sem nenhum caráter.

O caráter do herói sem caráter

Logo após a publicação de *Macunaíma*, um texto sem assinatura inaugurou a extensa fortuna crítica da obra de Mário de Andrade. Publicado no *Diário Nacional*, em 7 de agosto de 1928, esse crítico sem nome nenhum, assim entendia a rapsódia do herói sem nenhum caráter: “Aproveitando-se dos trabalhos de Koch-Grünberg, Mário de Andrade teve a idéia dum romance em que satiriza certos defeitos do brasileiro. Daí o título: *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*” (cit. em Lopez 331). A confiar-se na avaliação do crítico, o principal defeito do brasileiro seria mesmo a marca característica do *Macunaíma*, isto é, a

preguiça. Afinal, Mário de Andrade não teria senão aproveitado os trabalhos do etnólogo alemão para compor seu texto, alinhavando mitos distintos e informações várias numa narrativa de feito anárquico. Se esse fosse o caso, João Ribeiro talvez tivesse alguma razão em sua leitura do livro, tal como expressa em artigo publicado no *Jornal do Brasil*, em 31 de outubro de 1928:

Macunaíma é um conglomerado de coisas incongruentes, em que se descreve o tipo de um Malazartes indiano, aborígene, *incompreensível, absurdo*, misto de toda a ciência folclórica e tríplice, do caboclo, do negro e do branco. (344. grifos meus)

Ainda insatisfeito com a caracterização do livro, João Ribeiro não esquece de oferecer um inusitado diagnóstico do autor: “Se o *Macunaíma* fosse um livro de estréia, o autor nos causaria pena, como a de um próximo hóspede de manicômio” (346).

Em relação à presença de Koch-Grünberg na obra do brasileiro, duas observações. O próprio Mário de Andrade, numa “carta pública” a Raimundo de Moraes, ironicamente reconheceu ter encontrado o núcleo de seu enredo na obra do etnólogo alemão: “O que me espanta e acho sublime de bondade, é os maldizentes se esquecerem de tudo quanto sabem, restringindo a minha cópia a Koch-Grünberg, quando copiei todos... eu copiei o Brasil” (qtd. in Holanda 54-55, grifos meus). Por fim, a recusa de João Ribeiro na verdade reafirma o vigor de *Macunaíma*, pois num tempo em que os discursos eugenistas e as ideologias de branqueamento da população brasileira ainda comandavam os debates nos círculos intelectuais, a miscigenação macunaímica de raças, gêneros literários e fontes de informação ameaçava a todo projeto

homogeneizador.⁴ Assim, para João Ribeiro, e não apenas para ele, “o autor ... quis-nos pintar o homem brasileiro ... sem caráter definido, perturbado pela heterogeneidade de seus elementos formativos” (346).⁵ Uma leitura mais cuidadosa da apresentação do personagem, contudo, sugere algo muito distinto. Menciono um trecho central para meu argumento:

Já na meninice fez coisas de sarapantar. De primeiro passou mais de seis anos *não falando*. Si o incitavam a falar exclamava: —Ai! que preguiça!... e não dizia mais nada. Ficava no canto da maloca ... espiando o trabalho dos outros (5, grifos meus)

Um ponto chave diz respeito à mudez de Macunaíma. Não é que o herói sem nenhum caráter simplesmente não falasse: na verdade, ele empregou seis anos *não falando*. Portanto, sua atitude deve envolver uma opção específica. Opção esclarecida pela seqüência do texto. Como incluir a Macunaíma no circuito do trabalho, se o herói sem nenhum caráter engenhosamente se excluía do comércio das palavras? Por isso, a frase-emblema de Macunaíma — “Ai! que preguiça!...” —, apenas alcança a devida eloqüência na observação prazerosamente ociosa do trabalho dos outros. Observação que, em outra direção, desafia a própria base da formação social brasileira. Afinal, como “preto retinto e filho do medo da noite,” Macunaíma deveria enfrentar o trabalho, deixando a contemplação ociosa para os tantos Venceslaus Pietro Pietra de nossa sociedade!

A exemplo do que fiz com o ensaio de Antonio Candido, limito minha leitura da obra de Mário de Andrade ao “nenhum” caráter de

Macunaíma. Deste modo, pretendo ampliar a sugestão de Antonio Candido em relação à dialética da malandragem. Para fazê-lo economicamente, recorro a fecundo ensaio de Silviano Santiago, no qual o elemento tradicionalmente representado como ausência inesperadamente revela-se uma provocação.

O lugar do entre-lugar

Em “O entre-lugar do discurso latino-americano,” Silviano Santiago procurou pensar a situação da cultura latino-americana a partir de uma reflexão especialmente estimulada por *De La Grammatologie*, de Jacques Derrida. Se a crítica desconstrucionista encontrou nos princípios clássicos da unidade e da imediaticidade, isso é, numa auto-referência segura, vale dizer, num centro estável, seus alvos prioritários, então, o nenhum caráter de Macunaíma bem poderia literalmente revelar uma desconstrução *avant la lettre*:

A maior contribuição da América Latina para a cultura ocidental vem da destruição sistemática dos conceitos de *unidade* e de *pureza*: esses dois conceitos perdem o contorno exato de seu significado, perdem seu peso esmagador, seu sinal de superioridade cultural, à medida que o trabalho de contaminação dos latino-americanos se afirma. (18, grifos do autor) ⁶

Portanto, a ausência de um centro estável, já presente na malandragem do Leonardo das *Memórias de um sargento de milícias*, e aprofundada no herói sem nenhum caráter de *Macunaíma*, proporcionaria ao discurso

latino-americano — agora não mais *apenas* à cultura brasileira, como a interpretação de Antonio Candido sugerira — uma mobilidade desestabilizadora de todo discurso comprometido com verdades essenciais. Dessa forma, à ausência de caráter corresponderia a presença forte de um olhar necessariamente irônico e potencialmente corrosivo. Necessariamente irônico porque desde sempre descentrado e, desta condição antropológica, por assim dizer, o intelectual latino-americano potencialmente derivaria uma capacidade crítica particular. Numa notável convergência, Ernesto Sábato afirmou: “Los europeos no son *européistas*: son simplemente *europeos*” (27). Em outras palavras, dominam apenas seu código cultural, naturalizado como superior, ao passo que os latino-americanos aprendem a ser fluentes em duas linguagens culturais, a própria e a alheia. Este bilingüismo, na visão de Silviano Santiago e Ernesto Sábato, permitiria uma flexibilidade mental que deveria sistematicamente tanto ser valorizada quanto explorada. Numa abordagem dedicada à universidade norte-americana, Elaine Showalter identificou um conjunto de práticas homólogas:

Indeed, ‘interlinguistic play’, or bilinguality is one of the most striking features of minority literatures. Such writing is always double-voiced, what Henry Louis Gates, speaking of Afro-American literature calls ‘two-toned’, or Ramón Saldívar speaking of Chicano literature calls ‘the dialectics of difference’, or Naomi Schor, speaking of women’s literature, calls ‘bi-textual’.

(7)

Por isso, contra a tristeza que o instantâneo de Paulo Prado revelou ou apesar da sisudez de um João Ribeiro em sua análise de *Macunaíma*,

pode-se empregar a fórmula que Oswald de Andrade consagrou no “Manifesto Antropófago”: “a alegria é a prova dos nove” (18). Sem dúvida, sentimento partilhado pelos índios que “devoraram” o Bispo de Sardinha no ano I da era antropófaga, antecipando a inevitável associação do nome ao gesto e, com ela, a irrupção do humor, aliás com um óbvio sabor antropófago.

Antropofagia

Em crônica de 9 de setembro de 1928, publicada em *O Jornal*, Tristão de Athayde parece ter sido o primeiro crítico a associar o *Macunaíma* ao “Manifesto Antropófago.” No entanto, restringiu sua intuição ao exercício de determinação de prioridades. Exercício então indispensável, embora hoje seja considerado estéril. Pouco antes da publicação da obra de Mário de Andrade, Oswald publicara seu manifesto no primeiro número da *Revista de Antropofagia*, em maio de 1928. O crítico, datas em punho, estabelece: “É de 1928 o neo-indianismo paulista. *Macunaíma*, porém, é de dois anos antes. ... A versão definitiva é de 23-12-26 a 18-1-27” (333). E, sem dúvida, a milimétrica precisão no estabelecimento das datas deveria condenar todo debate à ociosidade.

Para além da questão de fontes e influências, aliás, questão intimamente relacionada aos conceitos de unidade e pureza referidos por Silviano Santiago, pretendo assinalar a convergência de horizontes entre a arte macunaímica e o apetite antropófago. Vale contudo anotar que o próprio Mário deixou-se contagiar pela disputa sobre a primazia, como verificamos numa carta enviada a Manuel Bandeira, em 19 de maio de 1928:

Macunaíma (28) vai sair, escrito em dezembro de 1928, inteirinho em seis dias, correto e aumentado em janeiro de 1927, e vai parecer inteiramente antropófago ... Lamento um bocado essas coincidências todas, palavra. (cit. em Holanda 45)

Segundo Mário, as óbvias similaridades entre o “Manifesto” de Oswald e sua “rapsódia” tornariam a leitura de *Macunaíma* ainda mais difícil. No entanto, do ponto de vista do meu trabalho, a convergência, embora demande uma análise mais complexa, sugere um pano de fundo a partir do qual (e muitas vezes contra o qual) as produções culturais dessa época assumem um lugar determinado. Para esclarecer meu argumento, recorro uma das passagens mais citadas nos estudos sobre a cultura brasileira:

Somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra (...) o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de *nossa preguiça* parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem. (16, grifos meus)

A insistência no vocábulo “preguiça” é uma referência constante nos anos vinte e trinta, não por coincidência momento de afirmação da industrialização, especialmente em São Paulo. No mesmo espírito, Monteiro Lobato criou o personagem “Jeca Tatu.” Na verdade uma caricatura, esse matuto paulista, a exemplo de *Macunaíma*, não tem o menor gosto pelo trabalho. Contra esse pano de fundo (e ressalto que não estou interessado em cronologias exatas, mas em flagrar uma atmosfera intelectual) a opção antropófaga adquire a força do contraste:

Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago...Foi porque nunca tivemos gramáticos, nem coleções de velhos vegetais. E nunca soubemos o que era urbano, suburbano, fronteiro e continental. Preguiçosos no mapa-múndi do Brasil. (13-14)

Preguiçosos e, sobretudo, felizes com nossa prova dos nove. Na lei do antropófago, nenhuma nostalgia acompanha a descoberta da ausência de um centro estável, isso é, assegurado por uma longa tradição. Apenas importa o que ainda não nos pertence. A hermenêutica pontacabeça do manifesto antropófago pretende, alterando a ordem dos elementos, modificar o resultado da equação: culturas plenas de história, ou seja, tradição, podem sempre morrer de indigestão, como *Funes, el memorioso*, de Jorge Luis Borges. Ao contrário, culturas antropófagas, como em outro conto de Borges, talvez reescrevam, na aparência do mesmo texto, uma diferença irreduzível à fonte original. Na verdade, a própria idéia de fonte original deixa de ser uma verdade inquestionável. Verdadeiramente, questionar a primazia da noção unitária de verdade torna-se a questão primordial. E ante uma retórica que talvez insista em estabelecer hierarquias e permanença lamentando a imagem de um mundo ordenado a partir de conceitos fixos, o antropófago não hesitaria:

Perguntei a um homem o que era o Direito. Ele me respondeu que era a garantia do exercício da possibilidade. Esse homem chamava-se Galli Mathias. Comi-o. (16)

—João Cezar de Castro Rocha
Stanford University

Notas

¹ Trabalho apresentado no XVIII *Symposium on Portuguese Traditions*, realizado na Univesidade da Califórnia, Los Angeles, em 1995.

² Refiro-me ao ensaio "Dialética da malandragem," publicado pela primeira vez em 1970.

³ Ver: Roberto Schwarz, "Pressupostos, salvo engano, de 'Dialética da malandragem.'" *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Para uma análise das reflexões dos dois autores, recomendo, de Paulo Arantes, *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. São Paulo: Paz e Terra, 1992

⁴ Apenas para dar uma idéia da força desse tipo de discurso, recorde-se que no mesmo ano da publicação de *Macunaíma*, Paulo Prado trazia à luz o célebre *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira*. A primeira frase do livro — "Numa terra radiosa vive um povo triste" —, revelava o sentido da tristeza: a miscigenação de três "raças tristes." A propósito: Mário de Andrade dedicou o *Macunaíma* a Paulo Prado...

⁵ Vale lembrar que o próprio Mário de Andrade denominou seu livro "uma brincadeira." No entanto, ao fazê-lo, pretendia destacar o lado rapsódico, fragmentário da narrativa do *Macunaíma*.

⁶ O leitor interessado nessa temática deve consultar, no mesmo livro, "Eça, autor de *Madame Bovary*."

Obras Citadas

Almeida, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Atica, 1986.

Andrade, Mário, Ed. *Macunaíma. O herói sem nenhum caráter*. São Paulo: LTC, 1978.

Andrade, Oswald de. "Manifesto Antropófago." *Do Pau-Brasil à antropofagia e às utopias. Manifestos, teses de concursos e ensaios*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

Athayde, Tristão de. "Macunaíma." *Macunaíma. O herói sem nenhum caráter*. Telê Porto Ancona Lopez, Ed. São Paulo: LTC, 1978.

Candido, Antonio. "A dialética da malandragem." *O discurso e a cidade*.

São Paulo: Duas Cidades, 1993.

Holanda, Heloísa Buarque de. *'Macunaíma.'* *Da literatura ao cinema.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

Lopez, Telê Porto Ancona, Ed. *Macunaíma. O herói sem nenhum caráter.* São Paulo: LTC, 1978.

Ribeiro, João. "Macunaíma, Herói sem nenhum caráter—por Mário de Andrade." *Macunaíma. O Herói sem nenhum caráter.* Telê Porto Ancona Lopez. São Paulo: LTC, 1978.

Ricapito, Joseph, Ed. *La vida de Lazarillo de Tormes y de sus fortunas y adversidades.* Madrid: Cátedra, 1977.

Sábato, Ernesto. "Sobre nuestra literatura." *La cultura en la encrucijada nacional.* Buenos Aires: Crisis, 1973.

Santiago, Silviano. "O entre-lugar do discurso latino-americano." *Uma literatura nos trópicos.* São Paulo: Perspectiva, 1978.

Showalter, Elaine. *Sister's choice. Tradition and Change in American Women's Writing.* Oxford: Clarendon, 1991.

Zagury, Eliane. "Apresentação." *Memórias de um sargento de milícias.* São Paulo: Atica, 1986.